

CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CAPITAL SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO SUDESTE DO TOCANTINS



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil - ISSN: 1982-7784 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Maria do Carmo Santos Teixeira¹
Bernardo Campolina Diniz²
Waldecy Rodrigues³

Introdução

Embora a Teoria Econômica tenha consolidado o papel das condições naturais, da capacitação humana, dos investimentos públicos e privados para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, o papel das interações sociais tem motivado muitas considerações teóricas e investigações práticas. Admite-se com isso, que as interações sociais entre os indivíduos, a confiança, a participação social e o civismo desempenham um importante papel e efeitos positivos na promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Neste artigo, apresentamos e discutimos alguns aspectos que contribuem para que a economia na região Sudeste do estado do Tocantins (TO) permaneça num estágio de quase estagnação e para que o tão sonhado “desenvolvimento sustentável”, e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos seja difícil de ser alcançado. Aspectos estes que contribuíram para responder a seguinte pergunta: “Por que a Região Sudeste do Tocantins, onde desde a década de 1990, são implementados programas e projetos que visam o seu desenvolvimento econômico e social, ainda encontra dificuldades para emergir do estado de quase estagnação para entrar num processo de desenvolvimento econômico e social?”

Acreditamos também, que este artigo contribuirá para a expansão do

conhecimento científico, o planejamento de programas e projetos de desenvolvimento regional e formulação e/ou readequação de políticas públicas e governamentais que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Metodologia

A metodologia utilizada foi o estudo de caso que se constituiu de quatro componentes: 1) estudos, pesquisas e diagnósticos já existentes na região; 2) entrevistas semi-estruturadas junto a lideranças das organizações sociais e do poder público; 3) observação participante; e 4) sistematização e análise de informações secundárias de fontes diversas.

A população pesquisada é composta por representantes do poder público, da iniciativa privada, gestores de projetos, lideranças e formadores de opinião da Região Sudeste do TO. As entrevistas junto às lideranças do poder público e da sociedade civil contribuíram para o conhecimento da realidade organizacional dos municípios, identificar a existência ou não de Conselhos Municipais e/ou Regionais de Desenvolvimento Sustentável, Fóruns de Desenvolvimento Regional, sindicatos, grupos de interesse e também para identificar o grau de importância e o nível de participação dos órgãos/instituições/grupos no processo de formulação de políticas públicas.

A organização e análise das informações possibilitaram a construção de um perfil sintético das principais características socioeconômicas, ambientais e culturais da região.

A partir dos dados e das informações obtidas construiu-se o Índice de Capital Social (ICS) cujo papel é mensurar o nível de organização e a existência ou não de Capital Social na região Sudeste do Tocantins. O ICS é composto por três índices: o Índice de Participação do Poder Público (IPPP), formado pelas variáveis: nº total de

conselhos, conselhos existentes e conselhos ótimos e bons; o Índice de Participação da Sociedade Civil (IPSC) utilizando as variáveis: associações ativas, total de associações, associados ativos e total de associados; e o Índice dos Indivíduos (II), determinado pela taxa de alfabetização. A fórmula utilizada para a construção do ICS baseou-se numa simples média aritmética:

$$\frac{\left\{ \frac{\text{Conselhos existentes}}{\text{Total de Conselhos}} \times \frac{\text{Conselhos ótimos e bons}}{\text{Conselhos existentes}} \right\} + \left\{ \frac{\text{Associações ativas}}{\text{Total associações}} \times \frac{\text{Associados ativos}}{\text{Total de associados}} \right\} + \text{Taxa de alfabetização}}{3} = \text{ICS}$$

Crescimento, Desenvolvimento Econômico, Capital Social e Qualidade de Vida

O crescimento econômico é compreendido como o processo de enriquecimento dos países, bem como o de seus habitantes, ou seja, na acumulação de ativos individuais ou públicos, do crescimento da produção nacional e pela remuneração recebida pelos que participam da atividade econômica.

Nas décadas de 1940 a 1950, a evolução teórica sobre crescimento restringiu-se na análise das causas do aumento do produto nacional per capita, considerado então, como elemento representativo da melhoria das condições de vida.

Segundo Scandar Neto¹, neste período, confundiam-se os indicadores de desenvolvimento com os de crescimento econômico, embora estudos demonstrem que crescimento por si só, não garante o desenvolvimento e o Brasil é um exemplo disso, pois tem aumentado consideravelmente o Produto Interno Bruto (PIB), mas os índices de desenvolvimento nem sempre acompanham. Assim sendo, observa-se que crescimento econômico não representa melhoria da condição de vida da população, mas sim uma condição necessária ao desenvolvimento.

Assim como Sen (2000), Sachs (2008) também acredita que um processo de desenvolvimento incluyente é aquele que garante os direitos civis e políticos, o exercício da democracia, a transparência e responsabilidade nas ações, valores estes, necessários ao bom funcionamento dos processos de desenvolvimento.

Tocqueville (1998), ao discorrer sobre a sociedade americana de meados do século XIX, afirma que existe uma interligação entre sociedade civil, democracia e desenvolvimento econômico, a qual descreve de maneira objetiva.

No final da década de 1950, Jacobs (1961) analisou as razões pelas quais algumas cidades americanas pareciam vivas, florescentes, enquanto outras permaneciam estagnadas, com aspecto de quem estava morrendo. Observou então, que nas cidades consideradas "vivas" haviam pessoas conectadas e interagindo com pessoas, segundo um padrão de rede e ocupadas com os assuntos públicos. A autora denominou essas redes de *capital social* o qual, para ela, era o responsável pela vitalidade das localidades americanas em termos de desenvolvimento e não, o capital físico ou financeiro, o produto, a renda ou a riqueza, conforme o ponto de vista do pensamento econômico.

Putnam (2007), a partir de pesquisas e estudos realizados na Itália, identificou que os vários aspectos que marcaram as diferenças sociais encontradas entre o norte e o sul daquele país levam a acreditar que o desenvolvimento de uma região está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas. Observou também que existia um elo entre os graus de associativismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadão, a boa governança e a prosperidade econômica.

Observamos que para Sachs, Tocqueville, Putnam e Jacobs, a organização da sociedade civil, a participação cidadã, civismo, associativismo, confiança e cooperação estavam intrinsecamente relacionados com os níveis de democracia, prosperidade e desenvolvimento econômico de uma determinada localidade.

Outra teoria abordada é a do *desenvolvimento endógeno* que teve suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notoriedade e evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado. Esta teoria contribuiu para identificar os fatores de produção existentes dentro de uma região, como capital social, capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento, além da participação das instituições e da sociedade civil e não fatores trazidos de fora, ou seja, fatores exógenos, como até então era entendido. (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

Observa-se que para Teoria Endogenista, a utilização desses novos fatores produtivos contribui para o desenvolvimento sustentável de uma região e o principal deles é o capital social, o qual valoriza a sociedade, as relações sociais, a cooperação e a confiança criando a capacidade da sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento e concomitantemente alcançando melhores condições de vida.

Um aspecto relevante do capital social é a capacidade inovadora para mobilizar recursos endógenos e exógenos; a participação das comunidades no processo produtivo; a capacidade de exercer uma gestão compartilhada pelos sujeitos do processo, pelas autoridades locais e a “concertação” com atores inter e extraterritoriais e, quando existente em uma região, facilita a tomada de ações colaborativas que resultam no benefício de toda a comunidade.

O capital social é capital porque, utilizando a linguagem dos economistas, ele se acumula, pode produzir benefícios, contribui para a melhoria dos indicadores sociais, minimiza os custos de transação, tem estoques e uma série de valores. Além disso, não se gasta com o uso, ao contrário, o uso do capital social o faz crescer. De acordo com Fukuyama (1996) o acúmulo de capital social acontece quando existe um maior grau de confiança numa sociedade e afirma que capital social difere de outras formas de capital, pois é acumulado por meio de valores e

hábitos culturais como religião, tradição ou hábitos históricos além de basear-se em virtudes sociais e não somente individuais.

Para Durston (1999), o surgimento de cooperativas, associações, fundações e organizações não-governamentais (ONGs) com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade tem fortalecido e estimulado o espírito de coletividade e solidariedade, suprimindo a ausência/isolamento do Estado, construindo ou fortalecendo o capital social em uma determinada região.

Quanto à qualidade de vida, atualmente é uma expressão que tem se tornado habitual, mas devido à subjetividade que representa para cada pessoa ou grupo social ainda se reveste de grande complexidade. Pode representar felicidade, harmonia, saúde, prosperidade, morar bem, ganhar salário digno, ter amor e família, poder conciliar lazer e trabalho, ter liberdade de expressão, ter segurança, ter representatividade social, ou significar todo esse conjunto de atributos e/ou benefícios.

Westphal (1997) aponta que qualidade de vida pode ser compreendida como parte de um bem individual e/ou coletivo e social determinada por fatores objetivos, do ponto de vista das necessidades de subsistência; e fatores subjetivos, considerando as necessidades sociais de realização psicológica do ser humano.

Por isso, quanto maior a capacidade das pessoas de controlarem os fatores objetivos e subjetivos que determinam a qualidade de vida e o nível de participação da sociedade civil organizada nas decisões sociais, maior será a capacidade de alcançar um melhor grau de qualidade de vida e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano segundo o conceito de qualidade de vida de Amartya Sen, ao influenciar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sen (2002) e Nussbaum (1985) afirmam que, quanto maior a capacidade das pessoas de desempenharem os papéis constitutivos, relacionados às liberdades

substantivas e papéis instrumentais, referentes aos diferentes tipos de direitos e oportunidades, maiores serão as possibilidades de expansão das liberdades para o desenvolvimento humano. As *liberdades substantivas* representam as condições elementares de vida, como o direito de não passar fome, subnutrição, analfabetismo, falta de saúde e falta de moradia. Desta forma, a qualidade de vida de um povo é influenciada pela história, pela cultura e, sobretudo, pelas condições sociais e econômicas, que contribuem para o alcance das necessidades básicas de subsistência.

Ainda sobre qualidade de vida, o Movimento Cidades/Municípios Saudáveis é conceituado por Mendes (1992) como:

aquele onde todos os atores sociais em situação de governo, organizações não-governamentais, famílias e indivíduos orientam suas ações no sentido de transformar a cidade em um espaço de produção social da saúde, construindo uma rede de solidariedade no sentido da qualidade de vida da população.

Além disso, o autor enfatiza a participação popular como forma de mobilização, de democratização e busca de mudanças na forma de gestão dos diferentes níveis de governo, sobretudo o local. Participação é uma estratégia importante para o acúmulo de capital social e qualidade de vida e, na opinião de Bandeira (1999), ultimamente tem aumentado devido à ampliação da democratização do país interligada com a participação da sociedade civil e a articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento.

Segundo Teixeira (2002), a organização dos segmentos sociais acontece não apenas para alcançar as necessidades materiais ou realização de políticas públicas, mas para buscar reconhecimento como sujeito, para efetivar seus direitos e praticar uma cultura política de respeito às liberdades, à equidade social e à transparência das ações do Estado, entretanto é necessário criar mecanismos que possibilitem a

participação mais direta da comunidade na formulação, detalhamento e implementação das políticas públicas.

Analisando as opiniões dos diversos autores, observa-se que, acumulação e fortalecimento do capital social estão diretamente conectados com o processo de participação social e tanto um, como outro, contribuem em muito, para a melhoria da qualidade de vida, promoção do desenvolvimento sustentável e crescimento econômico tanto a nível local, regional e territorial.

A Região Sudeste do Tocantins

A Região Sudeste do Tocantins, ou Microrregião de Dianópolis (BRASIL, 2005), é composta por 20 municípios (Figura 1). Ao sul faz limite com o estado de Goiás, ao norte com a região do Jalapão, a leste com a Bahia e a oeste com a região Sul do Tocantins.

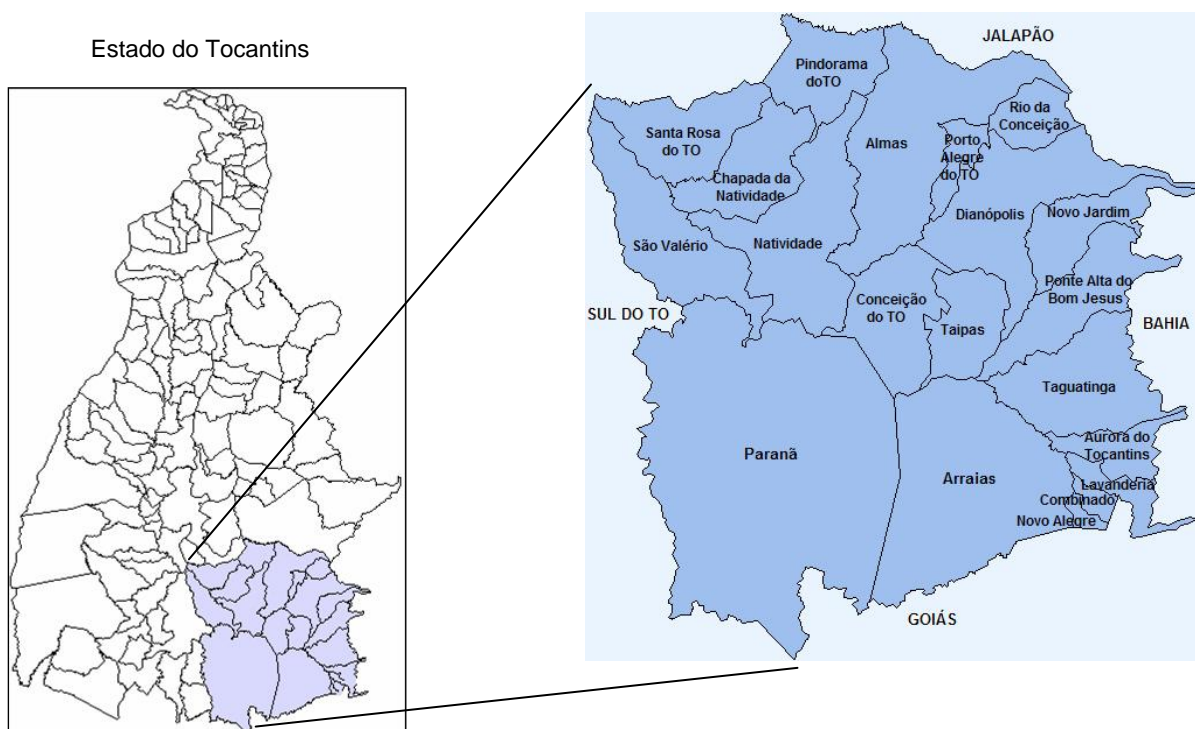


FIGURA 1: Mapa Divisão Política do Estado e da Região Sudeste do Tocantins
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2000). Adaptado pela autora.

É uma região de grande extensão geográfica, 47.332 km², o que representa 17,0% da área total do Tocantins. Em 2007 a população era de 116.972 habitantes, estratificada em duas faixas: 80% dos municípios com até 10 mil habitantes e 20% entre 10 mil e 20 mil habitantes, de acordo com a Contagem da População realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2007).

Observando a evolução da região nota-se que a partir da segunda metade do século XVIII, a estrutura econômica organizou-se em torno das fazendas de gado e atividades agrárias e, atualmente, mesmo com a migração para as cidades, as pessoas continuam exercendo atividades econômicas voltadas para o rural. (BERTRAN, 1978).

O percentual de crescimento anual da população tanto no período de 1991 a 2000, como de 2000 a 2007 ficou abaixo do índice de crescimento populacional do estado e do país, segundo dados da Contagem da População do IBGE (BRASIL, 1991; 2000; 2007).

Em 2000, a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos era igual a 25,6% e, apesar de ter diminuído 14% no período entre 1991 e 2000, ainda está acima dos índices do Tocantins, (13,6%) e do Brasil (18,8%). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000).

Quanto ao percentual de crianças com idade entre sete e catorze anos, com defasagem escolar, ao comparar os índices de 1991 e 2000, observa-se que em 2000 houve uma diminuição de 18% de crianças com mais de um ano de atraso escolar. Entretanto se levarmos em consideração que em 2000 o contingente de crianças nesta faixa etária era igual a 22.866 são quase 10.000 crianças nesta situação, ou seja, 20,4% da população total da região Sudeste do TO. Considerando que a educação é indicador relevante na composição do IDH torna-se necessário uma maior intervenção dos governos na implementação de políticas voltadas para a melhoria de qualidade da educação nesta região. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000).

Sobre a renda média *per capita* da Região Sudeste do Tocantins, em 2000, a mesma não ultrapassou os R\$106,36, ficando abaixo da média do Estado, que era igual a R\$115,70 e neste período o salário mínimo era igual a R\$ 151,00. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000).

Quanto ao PIB de 2002 a 2004, houve um crescimento de 53%, entretanto, no período de 2004 a 2006, esse percentual foi de apenas 13%, o que nos leva a inferir que a economia da região teve um desempenho bem aquém que o período anterior. (BRASIL, 2002-2006).

Análise do desenvolvimento socioeconômico da região Sudeste do Tocantins

Para fazer essa análise foram realizadas 24 entrevistas, no período de ago/2009 a set/2009, nos 20 municípios da região Sudeste do TO e a escolha dos entrevistados obedeceu os seguintes critérios: ser liderança do poder público, liderança da sociedade civil ou gestor municipal. Esta análise foi realizada a partir dos dados da pesquisa realizada em 2009 e faz parte da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, realizada pela autora.

O perfil dos entrevistados foi o seguinte: 79,2% do sexo masculino; 37,5% na faixa etária entre 30 e 39 anos, 4,2% de ensino fundamental, 8,3% de segundo grau, 20,8 de superior incompleto, 2,5% com superior completo e, 4,2% com mestrado. Vale ressaltar que do total de entrevistados, 20,8% são mulheres e destas, 60% estão na faixa entre 30 e 39 anos; 80% tem o superior completo e 20% superior incompleto.

Quanto a renda familiar, 50% dos entrevistados estão na faixa de até 5 salários mínimos (SM), 25% entre mais de 5 a 10 SM e 25% acima de 10 SM. Analisando a renda individual do chefe da casa, observou-se que o percentual de até 5 SM aumentou para 62,5%; a faixa entre mais de 5 a 10 SM diminuiu para 12,5% e a faixa acima de 10 salários mínimos manteve os 25% de entrevistados.

Quanto à naturalidade, observa-se que 50% dos entrevistados, vieram de outros estados; 12,5%, de outras regiões do Tocantins; e 37,5% são natos na região.

Sobre a organização social, várias questões foram abordadas e identificou-se o seguinte: 91,7% dos entrevistados são filiados a algum tipo de organização e destes, 63,6% estão nas associações/cooperativas por um período que varia entre 1 e 5 anos.

Entretanto, utilizando o método da observação participante durante as mobilizações e reuniões do Fórum de Desenvolvimento do Sudeste do Tocantins, percebe-se que não basta ser filiado; mais importante do que a filiação está a participação e o envolvimento nas discussões, na definição e implementação dos projetos e políticas públicas e isto, ainda não é um hábito incorporado na cultura e no cotidiano dos grupos organizados da sociedade civil e do poder público desta região.

Em relação às associações/cooperativas ativas na região Sudeste do TO o índice é alto, 78,5%, com um número aproximado de 6.200 associados. Entretanto, do total de associados filiados, somente 48,6% estão ativos e participam de alguma atividade.

Quanto à participação em movimentos sociais identificou-se que o percentual dos que participam (50%) e/ou participaram é igual aos que não participam (50%). Sobre os Conselhos Municipais, segundo o IBGE, em 2005, dos onze conselhos existentes na região Sudeste do TO somente os da Educação, Saúde e Assistência Social foram identificados em 100% dos municípios, e na maioria deles os conselheiros foram indicados pelo do poder público. (BRASIL, 2005).

Na pesquisa realizada em 2009, na região Sudeste do Tocantins, a atuação dos Conselhos Municipais foi avaliada utilizando os conceitos ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo e, identificou-se que o desconhecimento sobre a existência e

atuação dos conselhos nas comunidades ainda é grande. Dentre os conselhos mais lembrados e avaliados pelos entrevistados destacaram-se os Conselhos de Saúde, Educação, Ação Social e Tutelar.

De todos os conselhos, os Tutelares foram os que obtiveram a melhor avaliação, com a soma dos conceitos ótimo e bom alcançando os 58,33%. Acredita-se que isto se deve ao fato de que nestes conselhos, os conselheiros que trabalham diretamente nas comunidades são remunerados pelo município. Além disso, a sociedade tem mais participação e, na época de eleição da diretoria, os conselheiros divulgam os trabalhos realizados e fazem intensa campanha em busca de votos.

Em relação aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), a sua estruturação relaciona-se com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)², o qual parte da proposta de promover o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar utilizando as instâncias locais participativas, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e os CMDRS, como espaço apropriado para a manifestação de interesses e a tomada de decisão democrática.

Na região Sudeste do Tocantins, o fortalecimento e a atuação dos CMDRS são de suma importância, pois como esta região é reconhecida como Território da Cidadania, os CMDRS têm assento no colegiado que é a institucionalidade responsável pela gestão do Território.

No início de 2009, dos 20 municípios desta região, 19 criaram e/ou reestruturaram seus CMDRS de acordo com a legislação e metodologia proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)³. Entretanto, a pesquisa identificou que, a maioria dos CMDRS estão praticamente inativos, com pouca representatividade e participação da sociedade civil. Apesar de serem paritários, não existe uma integração entre a sociedade civil e o poder público na definição e implantação dos projetos municipais e territoriais. Os CMDRS

continuam sendo “mais um conselho” e, na maioria dos municípios são poucos os entrevistados que sabem de sua existência.

Sobre a *“importância da participação da sociedade civil nos conselhos”*, 100% dos entrevistados afirmaram que é muito importante a presença e participação da comunidade nos conselhos e os motivos apresentados foram os mais variados, de acordo com os relatos dos entrevistados: *ter conhecimento e participação nas decisões tomadas; oportunidade para a sociedade apresentar as demandas, pois ela é que conhece a região e os problemas locais; porque além de beneficiada a sociedade atua como agente de construção; aumenta a transparência das ações; é uma das formas que a sociedade tem de fiscalizar e cobrar dos governantes as melhorias para a região; forma de governar melhor, participativamente; porque ela é que tem maior interesse para que projetos sejam realizados; e para obter informações e fomentar uma melhor atuação dos conselhos.*

Entretanto, mesmo afirmando que a participação nos conselhos é importante, observa-se que na realidade isso não acontece. Normalmente, a escolha dos conselheiros é definida pelo poder público e os conselheiros, muitas vezes, embora participem de vários conselhos, não se apropriam e nem se sentem pertencentes a nenhum. O poder político tem a retórica sobre participação, mas não pratica.

Para finalizar a série de perguntas sobre organização social, questionou-se sobre *“a importância da celebração de parcerias entre governos e sociedade civil”* e novamente a maioria dos entrevistados (91,7%) foi unânime em dizer que é muito importante, pois acreditam que a parceria entre governos e sociedade civil contribui e facilita a implementação dos programas e projetos e a continuidade dos mesmos.

A partir da análise dos dados foi criado o Índice de Capital Social (ICS) cuja metodologia, composição e finalidade serão discutidos no próximo tópico.

Índice de Capital Social

Para mensurar o nível de organização e a existência ou não de capital social, construiu-se o Índice de Capital Social (ICS), a partir das variáveis “Total de Conselhos, Conselhos Existentes, Conselhos ótimos e bons, associações ativas, total de associações, associados ativos, total de associados e taxa de alfabetização”.

Para construir o ICS utilizou-se três componentes: o primeiro, cujo papel é mensurar a participação e organização do poder público, foi o Índice de Participação do Poder Público (IPPP) construído a partir das variáveis total de Conselhos: número de conselhos que deveriam existir nos municípios de acordo com parâmetros do IBGE⁴; Conselhos Existentes: número de conselhos identificados nos municípios; e Conselhos Ótimos e Bons: de acordo com a classificação dos entrevistados. O segundo componente foi o Índice de Participação da Sociedade Civil (IPSC), construído com as variáveis associações ativas, total de associações, associados ativos e total de associados, dados estes obtidos na pesquisa de campo e informações do Ruraltins (Órgão de extensão rural e assistência técnica do Estado), e o terceiro componente foi o Índice dos Indivíduos (II), ou seja, a Taxa de Alfabetização, aspecto importante na formação do capital social. Em seguida calculou-se uma média aritmética, ou seja, somou-se os dados e dividiu por três, obtendo assim o ICS.

Quanto ao Índice de Capital Social definiu-se que teria variação de 0 (zero) a 1 (um): quanto mais próximo de 1, maior a concentração de capital social e quanto mais próximo de zero, menor o estoque de capital social no município e/ou região. Quanto às variáveis e dados utilizados para compor o IPPP, o IPSC, o II e consequentemente o ICS, encontram-se na Tabela 1, após a equação relativa ao ICS.

A fórmula utilizada para a construção deste índice foi a seguinte:

$$\frac{\left\{ \frac{\text{Conselhos existentes}}{\text{Total de Conselhos}} \times \frac{\text{Conselhos ótimos e bons}}{\text{Conselhos existentes}} \right\} + \left\{ \frac{\text{Associações ativas}}{\text{Total associações}} \times \frac{\text{Associados Ativos}}{\text{Total de associados}} \right\} + \text{Taxa de alfabetização}}{3} = \text{ICS}$$

LEGENDA:

IPPP = Índice de participação do poder público

IPSC = Índice de participação da sociedade civil

II = Índice dos indivíduos

ICS = Índice de Capital Social

TABELA 1 Índice de Capital Social

Municípios	Total Associações	Assoc. Ativas	Total Associados	Associados Ativos	Total de Conselhos Municipais	Conselhos Municipais Existentes	Conselhos ótimos e bons	IPPP	IPSC	II	ICS	ICS (s/tx alfab.)
Almas	12	12	331	205	10	5	2	0,20	0,62	0,76	0,53	0,41
Arraias	18	8	553	189	10	5	5	0,50	0,15	0,69	0,45	0,33
Aurora do Tocantins	3	1	47	12	10	6	1	0,10	0,09	0,72	0,30	0,09
Chapada de Natividade	12	10	283	263	10	7	4	0,40	0,77	0,71	0,63	0,59
Combinado	8	3	1172	57	10	6	2	0,20	0,02	0,75	0,32	0,11
Conceição do TO	7	4	283	95	10	6	6	0,60	0,19	0,72	0,50	0,40
Dianópolis	24	20	665	373	10	7	3	0,30	0,47	0,81	0,53	0,38
Lavandeira	2	2	60	38	10	6	5	0,50	0,63	0,76	0,63	0,57
Natividade	30	25	361	152	10	6	0	0,00	0,35	0,76	0,37	0,18
Novo Alegre	2	0	48	0	10	6	2	0,20	0,00	0,84	0,35	0,10
Novo Jardim	2	1	62	15	10	6	6	0,60	0,12	0,74	0,49	0,36
Paraná	7	6	162	91	10	6	6	0,60	0,48	0,69	0,59	0,54
Pindorama	9	8	245	209	10	6	5	0,50	0,76	0,81	0,69	0,63
Ponte Alta do Bom Jesus	3	2	18	18	10	7	0	0,00	0,67	0,69	0,45	0,33
Porto Alegre do Tocantins	7	7	233	190	10	3	1	0,10	0,82	0,72	0,55	0,46
Rio da Conceição	4	4	103	87	10	4	2	0,20	0,84	0,78	0,61	0,52
Santa Rosa	8	8	699	699	10	7	7	0,70	1,00	0,75	0,82	0,85
São Valério	8	8	385	110	10	8	7	0,70	0,29	0,78	0,59	0,49
Taguatinga	10	10	405	166	10	6	2	0,20	0,41	0,74	0,45	0,30
Taipas	1	0	0	0	10	5	2	0,20	0,00	0,68	0,29	0,10
Região Sudeste do TO	177	139	6115	2969	200	118	68	0,34	0,38	0,75	0,49	0,36

Fonte: (1) Pesquisa de Campo realizada na região Sudeste, 2009 e Ruraltins - (2) Atlas de Desenvolvimento Humano (2000). Org. pela autora.

Observando os dados da Tabela 1, verifica-se que o Índice de Capital Social da Região Sudeste do Tocantins é igual a 0,49, porém analisando por municípios, observa-se que, dos 20 municípios, 50% está com o ICS até 0,50; 25% na faixa entre 0,51 e 0,60 e 25% entre 0,61 e 0,82. Taipas é o município com o menor valor ICS, 0,29 e acredita-se que isto se deve ao fato de que neste município só existe uma cooperativa, e mesmo assim, inativa.

Quanto ao município de Santa Rosa do Tocantins, segundo informações do Ruraltins⁵, tanto as associações como os associados são atuantes e estes, somados à taxa de alfabetização são aspectos importantes e contribuíram para que o município apresentasse o melhor índice de capital social da região, (0,82).

Um aspecto que deve ser considerado é a importância do componente “taxa de alfabetização” na composição do índice de capital social. Ao calcular o ICS sem este indicador, observa-se que em 95% dos municípios o Índice de Capital Social, sofreu uma redução e em 70% ficou abaixo de 0,50.

Quanto a Santa Rosa do Tocantins, em função de apresentar o mais alto índice de participação da sociedade civil, ter a atuação dos “conselhos existentes” avaliada como ótima ou boa e a taxa de alfabetização de 0,75 apresentou um aumento do ICS, passando de 0,82 para 0,85.

Conclusão

Para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento, não basta somente assegurar trabalho e renda dignos, mas níveis compatíveis de educação, saúde, cultura, habitação e recursos naturais, dentre outros, pois a sustentabilidade das comunidades está intrinsecamente ligada à garantia de direitos da população a serviços urbanos de qualidade, moradia, trabalho e lazer, ou seja, a todas as condições que contribuem positivamente para alcançar o que denominamos qualidade de vida.

E, uma das estratégias que tem contribuído para a promoção deste tipo de desenvolvimento é a implementação de políticas urbanas e sociais por meio da gestão democrática, com ampla participação de vários atores sociais e econômicos num processo de planejamento continuado, capaz de fomentar a realização de iniciativas envolvendo cooperação, parcerias e sociedade civil com o poder público nos três níveis federativos, ou seja, com alto índice de Capital Social.

A partir dos dados da pesquisa de campo, da observação participante e dos números do Índice de Capital Social pode-se inferir que o Sudeste do TO é uma região com baixa concentração de capital social e que ao longo de sua história, não foram construídas relações associativas como as registradas por Putnam (1996) em algumas áreas do centro e do norte da Itália, as quais poderiam proporcionar um campo fértil para a difusão de procedimentos participativos.

Entretanto, acredita-se que a grande tendência, no âmbito das organizações nacionais e internacionais de fomento, em valorizar a participação da sociedade civil contribua para o despertar de uma nova cultura que enfatize o espírito de coletividade, de solidariedade, de valorização das pessoas. Desta forma se construirá e/ou fortalecerá o capital social, objetivando melhoria nas condições de vida das populações, integrando as relações sociais no território e alcançando o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Notas finais

¹ Mestre em estudos populacionais e pesquisas sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que defendeu uma tese na qual apresenta a construção metodológica de um indicador de desenvolvimento sustentável.

² O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa criado em 1995, no qual o governo federal destina apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do agricultor familiar e de sua família, de forma a integrá-lo à cadeia do agronegócio com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

³ As diretrizes e atribuições para o funcionamento dos Territórios Rurais, Territórios da Cidadania e CMDRS encontram-se nas Resoluções de nº 48 de 16 de setembro de 2004 e a de nº 52 de 16 de

fevereiro de 2005. Demais informações sobre territórios rurais e da cidadania podem ser obtidas no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário/ MDA: www.mda.gov.br.

⁴ Informações obtidas no IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Assistência Social 2005. Nas pesquisas do IBGE são avaliados os 10 conselhos que deveriam existir em todos os municípios: Assistência Social, dos Direitos da Criança e Adolescente, Tutelar, dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, Segurança Alimentar, Saúde, Educação, dos Direitos da Mulher, dos Direitos do Idoso e Comitê Fome Zero.

⁵ Órgão de assistência técnica e extensão rural do estado do Tocantins.

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> . Acesso em: 07 jul. 2009.

BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. **IPEA. Texto para Discussão nº 630** – Brasília: 1999. Disponível em: <http://www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado_materiais/texto_pedro_bandeira_n.630.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2008.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2002.

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitario. Una experiencia de empoderamiento rural en Guatemala. **Serie Políticas Sociales**, Santiago de Chile, 1999.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; RIBEIRO, E. A. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n.21, p.125-145. 2003.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Trad. de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GERSCHMAN, S. Conselhos municipais de saúde: atuação e representação das comunidades populares. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.30, n.6, p. 1678-1681. 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico, 1991**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 31 ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_munic.shtm>. Acesso em: 31 ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais 2002-2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2002_2006/default.shtm>. Acesso em: 17 jan. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros - Assistência Social 2005**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic_social_2005/?nome=&uf=17>. Acesso em: 28 ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Contagem da População, 2007**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

JACOBS, J. (1961). **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MENDES, E.V. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Trad. de Luiz Alberto Monjardim. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K.; NUSSBAUM, M. **The quality of life: a study prepared for world institute for development economics research (wider) of the Nations University**. Oxford: Clarendon Press, 1985.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TEIXEIRA, M. C. S. **Crescimento, desenvolvimento econômico e capital social:** um estudo de caso da região Sudeste do Tocantins. 2009. 96 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WESTPHAL, M. F. O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5 n.1, 2000.

RESUMO

Este artigo busca compreender e analisar o papel das interações sociais e sua relação com os processos de crescimento e desenvolvimento econômico da região Sudeste do Tocantins. Nessa perspectiva analisa-se o capital social como um dos elementos centrais desses processos, a partir da visão proposta por Sen (2000) onde desenvolvimento requer a necessidade dos indivíduos terem liberdade e capacidade para decidir sobre as suas escolhas. Levantou-se informações históricas, dados secundários do IBGE, realizou-se entrevistas qualitativas e observação participante. Neste artigo serão abordados alguns aspectos sobre desenvolvimento, crescimento econômico, capital social e qualidade de vida. Sobre este tipo de “capital”, discutiremos as origens, definições e sua importância para a promoção do desenvolvimento e do crescimento econômico de uma região, além de alguns aspectos sobre a participação social, a qual, segundo alguns teóricos, contribui para o acúmulo e fortalecimento do capital social e melhoria da qualidade de vida. Apresentaremos também um breve histórico da Região Sudeste do Tocantins e uma análise do desenvolvimento socioeconômico, a partir dos dados obtidos na pesquisa realizada com lideranças dessa região em 2009. Finalmente conclui-se que Capital Social, principalmente aquele a que Putnam (1996), Bandeira (1999), Amartya Sen (2000), e outros teóricos se referem é incipiente na Região Sudeste do Tocantins e este é um dos fatores, que ao nosso ver, contribui para a estagnação do desenvolvimento social e econômico da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Social. Crescimento Econômico. Capital Social. Participação. Qualidade de Vida.

ABSTRACT

This article intends to understand and analyze the role of social interactions and its relationships with the processes of growth and economic development of southeastern State of Tocantins. Through this perspective, the social capital was analyzed as a central element of these processes according to the view proposed by Sen (2000), where development requires necessity of individuals to have freedom and capacity to make their own choices. Historical information and secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics were raised; furthermore, qualitative interviews and participant observation were conducted. In this article are discussed some aspects of development, economic growth, social capital and quality of life. Regarding this type of “capital”, discussions were conducted about its origins, definitions and its importance to promote economic development and growth of a region, besides some aspects about social participation. According to some theorists, this participation contributes to the accumulation and strengthening of social capital and to improve quality of life. This work also presents a brief historic of the southeastern region of Tocantins State and an analysis of socioeconomic development, from data obtained in research conducted with regional leaders in 2009. Finally, based on concepts of Social Capital proposed by Putnam (1996), Bandeira (1999), Amartya Sen (2000) and other theorists, is possible to conclude that this capital is incipient in the southeastern region of

Tocantins State; which in the present authors' point of view, contributes for stagnation of social and economic development of the region.

Keywords: Economic Development. Social Development. Economic Growth. Social Capital. Participation. Quality of Life.

Informações sobre a autora:

¹ Maria do Carmo S. Teixeira – <http://lattes.cnpq.br/9391088590726243>

Comunicadora Social, Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio; Especialista em Desenvolvimento Local; Consultora de Desenvolvimento Regional pelo Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, convênio entre Governo do Estado do Tocantins/SEPLAN/TO e Banco Mundial.

Contato: mariacarmost@yahoo.com.br

² Bernardo Palhares Campolina Diniz – <http://lattes.cnpq.br/8438297713231486>

Professor do CEDEPLAR/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas, Tocantins (TO), Brasil.

³ Prof. Dr. Waldecy Rodrigues – <http://lattes.cnpq.br/4330949239387871>

Professor adjunto e coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas, Tocantins (TO), Brasil.



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil - ISSN: 1982-7784 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/)

Recebido: 21-09-2010

Aprovado: 07-10-2010